

17 MAR 1992

Dívida passada sob a ótica do crédito futuro

27/3/92

JORNAL DA TARDE

A rápida visita a Brasília, na semana passada, do subsecretário do Tesouro dos Estados Unidos, David Mulford, serviu não apenas para confirmar o apoio do governo norte-americano ao programa econômico do ministro Marcílio Marques Moreira, mas também para mostrar que alguma coisa mudou no cenário político brasileiro — para melhor. Há apenas cinco anos o então ministro Dílson Funaro dispunha de grande apoio parlamentar no seu confronto com os credores externos. Desta vez, representantes do governo e congressistas, alguns dos quais aprovavam as ações de Mulford e dele ouviram opiniões que, até recentemente, seriam tomadas por “ingerência externa inaceitável” nos assuntos internos do Brasil.

Mulford, além de apoiar o programa econômico do Brasil, fez duas recomendações: que o governo procure fechar o acordo com os bancos credores particulares o mais depressa possível e persista na execução do programa de ajuste da economia. Por sua condição de maior acionista de organismos internacionais e também pelo fato de os maiores bancos credores do Brasil serem norte-americanos, o governo dos Estados Unidos tem papel decisivo na negociação da dívida externa brasileira.

De maneira alguma, portanto, pode-se desprezar apoio de tamanha importância para o País no **front** externo. Mas no **front** interno, pois os acordos com os credores precisam ser aprovados pelo Senado, seus efeitos são bem mais limitados. E isso se viu no encontro de Mulford com os congressistas. Embora a conversa fosse tranqüila, a concordância não foi plena. “Muitas questões não ficaram esclarecidas, especialmente com relação à capacidade de pagamento do País”, disse o senador Fernando Henrique Cardoso (PSDB-SP).

Supunha-se que esse conceito de “capacidade

de pagamento”, pelo menos nos termos definidos pela ex-ministra Zélia Cardoso de Mello, já estivesse sepultado. Mas ele foi ressuscitado por senadores durante o depoimento do presidente do Banco Central, Francisco Gros, à Comissão de Assuntos Econômicos da Casa. De posse de algumas projeções sobre o PIB, o balanço de pagamentos e as contas públicas, alguns senadores supõem que o desembolso de US\$ 4,1 bilhões previsto no acordo com o Clube de Paris supera a “capacidade de pagamento”. Esquecem esses senadores, deliberadamente ou não, que não se pode imaginar essa capacidade de maneira estática.

A negociação concluída pelo México, muito criticada por economistas que pensam como esses senadores, pois implicava pagamentos relativamente altos e ingressos relativamente baixos de dinheiro novo, é agora citada por Mulford. Aparentemente desvantajoso, o acordo mexicano permitiu o rápido retorno dos investimentos estrangeiros, de modo que a “capacidade de pagamento” do país cresceu mais do que o suficiente para honrar todos os compromissos. Além disso, o México estabeleceu com organismos internacionais um relacionamento harmonioso a ponto de, no último ano fiscal, ter recebido do Banco Mundial mais empréstimos do que qualquer outro país (US\$ 1,88 bilhão, o dobro dos US\$ 927 milhões emprestados ao Brasil).

Mesmo o Brasil, como observou o ministro Marcílio Marques Moreira, já tem garantidos diversos créditos externos tão logo o Senado aprove o acordo com o Clube de Paris. “É preciso olhar a questão da dívida passada sob a ótica do crédito futuro”, resume o ministro.

A “capacidade de pagamento” é dinâmica e sua expansão depende agora justamente dos senadores, alguns dos quais ainda a supõem estática e assim tentam retardar a solução definitiva do problema da dívida externa brasileira.